

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaúcho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

## EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Ao artigo 92 da Seção IV da Constituição do Estado do Paraná de 1.989, inclua-se parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 92...

Parágrafo Único - Os secretários de Estado não poderão, sem licença da Assembléia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, e do Estado quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Nereu Moura, Moysés Leônidas, Augustinho Zucchi, Irineu Colombo, Divanir Braz Palma, Sérgio Spada, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, Eli Ghellere, Orlando Pessuti, Luiz Fernando da Silva Litro, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 86 do capítulo II - Seção I da Constituição do Estado do Paraná de 1.989, estabelece: o governador e o vice-governador não poderão, sem licença da Assembléia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Baseado nesse dispositivo Constitucional, é que tomamos a liberdade de apresentar esta Emenda à Constituição, incluindo ao artigo 92, parágrafo único, os secretários de Estado.

Para que torne-se realidade, estamos certos que receberemos o apoio dos nobres colegas.

“Art. 86. O governador e o vice-governador não poderão, sem licença da Assembléia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

## EMENDA CONSTITUCIONAL

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná nos termos do artigo 64 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - No artigo 61, da Constituição do Estado do Paraná, fica substituída a expressão “15 de fevereiro” por “15 de janeiro”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 - A Assembléia Legislativa reunir-se-á anualmente, na Capital do Estado, independentemente de

convocação, de 15 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.”

Art. 2º - Fica substituída a expressão “1º de fevereiro para “5 de janeiro”, no 3º do artigo 61, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“3º - A Assembléia Legislativa reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir de 5 de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente.

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Tony Garcia, Divanir Braz Palma, Ademar Traiano, Durval Amaral, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Péricles Mello, Luiz Carlos Martins, Moysés Leônidas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Antonio Carlos Belinati, Neivo Beraldin, Fernando Ribas Carli, Chico Noroeste, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo dispositivo constitucional, a Assembléia Legislativa reúne-se, anualmente, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, do que resulta um período de recesso de três meses. O recesso de início de ano, de dois meses, tem se mostrado de todo inconveniente, pois que acarreta dificuldades, tanto para o Poder Executivo que inicia seu exercício fiscal, como para o Legislativo que deixa de acompanhar a implantação de projetos e medidas, feitos para o ano em curso. Também o recesso prolongado, até 15 de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, abre uma lacuna, considerando que o presidente da Mesa Executiva da Assembléia só será eleito dois meses depois de iniciada essa.

Um recesso prolongado não contribui para fortalecer a democracia, pois, não podemos esquecer que é no Legislativo que o mais importante corpo representativo do povo se encontra. Uma das funções do Legislativo é a vigilância, e, representando os parlamentares a maioria, como a minoria, há que se fazer presente em todos os momentos da vida pública defendendo sempre o interesse da coletividade. O que torna-se difícil durante intervalos extensos do Legislativo, como o é o de 15 de dezembro a 15 de fevereiro. Razão pela qual entendemos que a supressão de um mês neste período será favorável para todos: Legislativo, Executivo, população. Como entendemos que a presente proposta está embasada no artigo 25 da Constituição Federal que preceitua:

“Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

1º - são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Nos valem os ensinamentos do emérito professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho no seu “Comentários à Constituição Brasileira de 1988” (volume I) que lembra ser traço característico do estado federal a autonomia do Estado-Membro”. Discorrendo sobre a matéria, afirma ele que “a autodeterminação dos Estados constitui a regra; as vedações, as limitações, a exceção.” E segue esclarecendo quanto aos princípios limitativos da autonomia estadual afirmando:

“Não há dificuldade em identificar alguns princípios, que a Lei magna explicita, os quais incontestavelmente são impostos aos Estados. São os que enumera o artigo 34, VII, da Constituição de 1988, apresentando-os como de observância imperativa por parte dos Estados. De fato a sua inobservância enseja a intervenção federal. São eles: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.”

Lembra ainda o Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que a Constituição Federal considera intocáveis, no artigo 60, que trata “Da Emenda à Constituição”, os princípios enumerados no seu parágrafo 4º.

Nos comentários referentes ao preceito contido no parágrafo primeiro do artigo 25, afirma o professor que:

“A União cabem apenas os poderes que, explícita ou implicitamente, a Constituição lhe reservou; aos Estados, tudo o mais. Diga-se melhor. Aos Estados cabem todos os demais poderes, exceto aqueles que a Constituição Federal confere, explícita ou implicitamente, aos municípios. Desse modo, a verdadeira significação do preceito em exame está em afirmar que tudo o que remanesce, extraída a competência da União e dos Municípios, é da competência dos Estados.”

Observados os limites impostos, ou a regra normativa do máximo de três meses de recesso constitucionalmente, tem o Poder Legislativo competência para dispor sobre a matéria, no caso reduzindo o período de reuniões em 30 dias.